

GABINETE DO PREFEITO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.436 /2025 DE 19 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E SANÇÕES RELACIONADAS À PROLIFERAÇÃO DO Aedes Aegypti E OUTROS VETORES NO MUNICÍPIO DE TERNOS/MS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERNOS-MS, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 13.301/2016, na Lei nº 8.080/1990, no Código Sanitário Municipal (Lei Complementar nº 008/2007) e na Lei de Obras e Posturas Municipais (Lei Municipal nº 555/1986), submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído o Estado de Alerta para o Controle e Combate ao Aedes aegypti no Município de Ternos-MS, abrangendo as seguintes doenças:

- I.** Dengue;
- II.** Chikungunya;
- III .** Zika vírus;
- IV.** Febre Amarela Urbana;
- V.** Febre do Mayaro;
- VI.** Oropouche.

Parágrafo único - As ações serão contínuas e, quando necessário, emergenciais, diante de alto índice de infestação, surtos ou risco iminente à saúde pública.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I.** Aedes aegypti: mosquito transmissor da dengue, Chikungunya, Zika, Febre Amarela Urbana e Febre do Mayaro;
- II.** Focos do vetor: depósitos, recipientes ou ambientes com presença de larvas ou pupas do vetor;
- III.** Imóveis fechados ou abandonados: aqueles desocupados ou sem manutenção, oferecendo risco para proliferação do vetor;
- IV.** Imóveis insalubres: aqueles que, pela ausência de higiene, acúmulo de resíduos ou presença de criadouros, oferecem condições propícias à proliferação de vetores, conforme avaliação da autoridade sanitária.

Art. 3º. Os proprietários, possuidores, inquilinos ou responsáveis por imóveis devem:

- I.** Manter os imóveis limpos e livres de objetos que acumulem água;
- II.** Vedar reservatórios de água;
- III.** Manter piscinas tratadas ou cobertas;
- IV.** Preencher pratos de vasos com areia;
- V.** Manter ralos, calhas e recipientes livres de água parada;
- VI.** Armazenar pneus em locais cobertos;
- VII.** Recicladores, borracharias e ferros-velhos devem proteger os materiais sustentáveis.

CAPÍTULO II

SANÇÕES

Art.4º. Fica instituída a responsabilidade dos responsáveis por imóveis pela manutenção das condições sanitárias e preventivas.

§1º. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeita os responsáveis às seguintes sanções, de acordo com a natureza do imóvel:

- I.** Propriedade Particular (sem fins lucrativos):
 - a.** Primeira ocorrência: Advertência;
 - b.** Segunda ocorrência: Multa de 80 UFITs;
 - c.** Terceira ocorrência e seguintes: Multa dobrada a cada reincidência.
- II.** Propriedades comerciais, industriais e/ou empresariais:
 - a.** Primeira ocorrência: Advertência;
 - b.** Segunda ocorrência: Multa de 160 UFITs;
 - c.** Terceira ocorrência e seguintes: Multa de 300 UFITs e suspensão das atividades até a regularização. A cassação do alvará poderá ocorrer em caso de reincidência grave.
- III.** Imóveis fechados, abandonados ou onde haja recusa de acesso:
 - a.** O proprietário será notificado e, persistindo a recusa, poderá ser ajuizada ação judicial para ingresso compulsório, com apoio policial se necessário;
 - b.** Multa de 50 UFITs por ocorrência.

§2º. O cidadão que registrar flagrante de descarte irregular de lixo ou criadouros de vetores poderá receber reconhecimento público, menção oficial ou incentivo previsto em regulamentação específica.

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 5º As infrações serão classificadas por quantidade de focos:

I. Leve: 01 a 03 focos;

II. Média: 04 a 06;

III. Grave: 07 a 10;

IV. Gravíssima: Acima de 10.

§1º. O autuado poderá apresentar defesa administrativa junto ao Protocolo Geral do município no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação da penalidade.

§2º. Os valores serão progressivos, conforme risco sanitário e reincidência.

CAPÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Art. 6º. A fiscalização será exercida pelo Departamento de Rendas Municipais e Fiscalização, com apoio dos Agentes de Combate às Endemias, Agentes Comunitários de Saúde, Fiscais Sanitários e, quando necessário, da Guarda Municipal.

§1º. Os agentes poderão acessar imóveis desocupados após notificação.

§2º. Em caso de recusa, será solicitada autorização judicial.

§3º. Poderá ser utilizado georreferenciamento, drones e imagens para mapeamento de áreas críticas.

§4º. O Município poderá instalar câmeras de segurança em pontos de descarte irregular para coibir práticas que favoreçam a proliferação de vetores.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Saúde deve:

I. Realizar LIRA a conforme normas técnicas operacionais estaduais e federais;

II. Realizar monitoramento entomológico com ovitrampas, conforme normas técnicas estaduais e federais;

II. Publicar boletins epidemiológicos mensais em meio digital; em situações de emergência, as publicações serão semanais;

IV. Disponibilizar larvicidas e inseticidas;

V. Manter canal de denúncia à população, com utilização do aplicativo GeoCidadão (CTMGEO).

Art. 8º. Medidas emergenciais:

I. Decretar força-tarefa;

II. Promover mutirões e campanhas educativas;

III. Premiar escolas e bairros com melhores resultados;

IV. Realizar sorteios de incentivo entre bairros com infestação zero;

V. Firmar parcerias com empresas para prevenção.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Os valores arrecadados com multas serão destinados ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 10. O Executivo regulamentará a presente Lei em até 30 (trinta) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Terenos-MS, 19 de maio de 2025.

HENRIQUE WANCURA BUDKE

PREFEITO MUNICIPAL

Matéria enviada por MAICON BEZERRA NONATO